



Em entrevistas nas últimas 24h, Bolsonaro mostra face mais amena. Explicação viria de duas razões: 7 de Setembro e benesses do governo não se refletiram nas pesquisas de intenção de votos e dificuldades de arrecadação

Problemas suavizam imagem

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, surpreendeu seus eleitores e adversários como uma imagem que, até então, não se tinha visto. Na entrevista que concedeu ao podcast evangélico Collab, na última segunda-feira, disse que, em caso de derrota, passará a faixa presidencial e se “recolherá”. Também disse que “aloprou” quando, durante a pandemia, cobraram dele empatia com as vítimas e respondeu que não era “coveiro”.

A postura mais amena do presidente coincide com algumas dificuldades enfrentadas pela campanha. A mais visível está no resultado das pesquisas de opinião. A do Ipec, divulgada também na noite da última segunda-feira, mostra seu principal adversário, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), abrir 15 pontos percentuais (está com 46%) de vantagem sobre o presidente — que manteve os 31% da sondagem anterior, realizada no começo do mês. Era esperado pela campanha de Bolsonaro que a demonstração de força no 7 de Setembro seria capaz de mexer com os percentuais das intenções de voto.

Mas as pesquisas mostram, ainda, que as iniciativas do governo para conquistar eleitores por meio de benefícios do Estado também não deram a tração esperada por alguns dos seus principais auxiliares — o ministro da Casa Civil Ciro Nogueira chegou a prever a virada de Bolsonaro em meados de agosto. O aumento da mensalidade do Auxílio Brasil para R\$ 600 e a redução nos preços dos combustíveis aparentemente não foram capazes de turbinar o presidente.

Tais resultados apontam que Bolsonaro não tem conseguido trazer eleitores em quantidade suficiente para avançar de forma que, caso haja um segundo turno, chegue em condições de uma disputa equilibrada com Lula. Na mesma

Cleber Caetano/PR



Presidente surpreendeu ao admitir passar a faixa presidencial se for derrotado e fez mea culpa quando disse que não era coveiro dos mortos da pandemia

pesquisa Ipec, o petista venceria o presidente por 53% a 36%.

No *Programa do Ratinho*, ontem à noite, no SBT, o presidente voltou dizer que entrega o governo em caso de derrota — embora fazendo a ressalva sobre a lisura no pleito. “Eleições limpas, você não tem que discutir. Eu que não consigo entender que em qualquer lugar que eu vá do Brasil, não é de agora, desde antes, a gente é recebido com muito carinho não só no local do evento, bem como na trajetória toda”, disse, insinuando que as pesquisas não refletem a vontade do eleitorado.

E mais uma vez, no Ratinho, tentou amenizar a imagem ao

se justificar sobre reações que teve ao longo do governo. “Falar alguns palavões aí, de vez em quando, e o pessoal leva para um lado completamente diferente. No resto, tudo entende que fizemos corretamente. Eu falo palavrão, mas não sou ladrão. É a maneira de falar um pouco grosseira e o pessoal me critica”, salientou.

Mas, no início que fez em Sorocaba, mais cedo, ao lado do candidato ao governo de São Paulo, Tarcísio Freitas (Republicanos), Bolsonaro despiu-se do figurino que assumiu nas entrevistas das últimas 24 horas. Chamou Lula de “capeta” e afirmou que o

petista quer voltar à Presidência para “impor o comunismo”.

Arrecadação

Só que não é somente com o eleitorado, conforme refletem as pesquisas, que Bolsonaro enfrenta problemas. O partido do presidente, o PL, tem demonstrado preocupação com a baixa arrecadação de doações. Até o momento, Bolsonaro recebeu R\$ 21 milhões em doações, sendo que pouco mais metade do valor saiu do repasse do Fundo Eleitoral da legenda — Lula obteve R\$ 88,3 milhões. Para piorar, os coordenadores da campanha foram obrigados a devolver R\$ 24,7 mil de nove doadores diferentes

por inconsistências nos dados.

Ontem, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi às redes sociais para pedir doações para a campanha do pai via Pix. “Doação de qualquer valor é bem-vinda, desde que seja do seu coração. E, sim, estamos precisando”, destacou.

Mas a ajuda financeira também trouxe problemas. Isso porque a campanha recebeu várias doações de apenas R\$ 1 e, mesmo assim, é necessário que mesmo um pequeno valor seja declarado à Justiça Eleitoral. Para a contabilidade da campanha, o custo para declarar cada pequena quantia seria maior que o valor por doação — por causa disso, cogita-se devolver as contribuições.

Lula busca contraponto na área ambiental

» VINICIUS DORIA

Um dos pontos centrais do apoio dado pela ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (Rede) à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência é o compromisso assumido pela equipe do petista de incorporar ao programa de governo sugestões para a área ambiental, com o reconhecimento das mudanças climáticas como uma das maiores ameaças ao desenvolvimento do país. Na reta final da campanha, esse tema será, também, um dos principais contrapontos de Lula ao discurso de minimização

do aquecimento global encampado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que busca a reeleição.

Coordenador da campanha petista, o ex-ministro Aloizio Mercadante fez questão de anunciar, após o encontro de Lula com Marina, na terça-feira, que já está em análise pela sua equipe a criação da Autoridade Nacional de Segurança Climática, uma das principais propostas apresentadas pela ex-ministra. O órgão seria o responsável “pelo estabelecimento de metas e verificação da implementação das ações para a redução das emissões de gases de efeito estufa, aumento de resiliência

e preparação para adaptação às mudanças climáticas”, segundo o documento entregue a Lula.

Pela proposta, a autoridade atuará como uma coordenadora das ações dos ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, da Indústria e Comércio, e da Justiça e Segurança Pública nas políticas públicas para a transição energética e enfrentamento da crise climática.

Mercadante frisou que esse novo organismo não será uma agência ou estatal. “Estamos falando de uma instância de empoderamento para assegurar a coordenação, o

planejamento, a transversalidade, o monitoramento e a avaliação do conjunto de políticas públicas em todos os ministérios envolvidos. Trata-se de uma proposta inovadora e portadora de futuro, que avança no compromisso do programa de governo com a sustentabilidade ambiental, com o enfrentamento da crise climática e com a preservação do planeta para as gerações futuras”, assegurou.

Para o professor e doutor em Ciência Política José Augusto Pádua, fundador do Laboratório de História e Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a criação de um órgão

intersetorial de coordenação de políticas públicas condiz com o tamanho do desafio que o aquecimento global impõe aos governos e pode recolocar o Brasil “na vanguarda do enfrentamento da emergência climática”. Além disso, permitirá ao país resgatar o protagonismo nas questões ambientais.

“O Brasil poderá reposicionar sua imagem, deixando de ser o vilão do mundo, com instrumentos de ‘soft power’, de diplomacia, o que influenciará, inclusive, na atração de investimentos internacionais. Lula e Marina já produziram resultados no passado”, observou.

Antes da votação, a defesa da campanha de Bolsonaro alegou que houve diferenciação entre o ato de campanha e as celebrações da data cívica. Argumentou que a retirada da faixa e o discurso em um carro de som privado sinalizaram que não se tratava de campanha irregular.

O ministro, porém, lembrou que o presidente fez diversas convocações, durante seu horário eleitoral, para que apoiadores participassem do 7 de Setembro vestidos de “verde e amarelo”. “É o que basta, nesta análise inicial, para concluir que o próprio candidato à reeleição teve a iniciativa de atrair eleitores para evento no qual, na verdade, sua atuação deveria ser adstrita aos protocolos aplicáveis à sua condição de Chefe de Estado”, salientou o ministro. Em caso de descumprimento, o corregedor-geral fixou multa de R\$ 10 mil para cada item descumprido.

Já o PDT, partido do presidente-cível Ciro Gomes, também protocolou uma ação no TSE contra Bolsonaro por abuso de poder político e econômico no 7 de Setembro. O caso também foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF). Na última sexta-feira, o ministro Ricardo Lewandowski enviou para a Procuradoria-Geral da República (PGR) pedido de investigação a respeito da participação do chefe do Executivo no uso do evento para fins eleitorais.



ALEXANDRE GARCIA

O SUPREMO NÃO PODE INVENTAR LEIS, SE OS LEGISLADORES, COM MANDATO POPULAR, NÃO QUISEREM LEGISLAR SOBRE O TEMA. E MUITO MENOS AGIR COMO SUPERIORES À PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO

Rosa suprema

Os principais jornais do país deram a posse de Rosa Weber na Presidência do Supremo na primeira página. De uns anos para cá, a troca de presidente do Supremo tem virado notícia. No século passado, era limitada a uma nota em página interna.

Talvez tenha começado essa exposição, quando o presidente Marco Aurélio mandou instalar a TV Justiça, para divulgar os julgamentos em plenário. Cresceu quando Joaquim Barbosa assumiu a presidência e participou de memoráveis debates

sobre o mensalão. Ele renunciou de repente e até hoje ninguém sabe por quê.

Ricardo Lewandowski presidente do Supremo entrou para a História ao presidir o julgamento de Dilma Rousseff, quando foi rasgado ao meio o parágrafo único do artigo 52, ficando a condenada elegível — e o povo de Minas teve que completar a condenação.

Depois veio Cármen Lúcia, anunciando aos quatro ventos, no dia da posse, que “cala-boca já morreu”. Mal imaginava que mais tarde um cala-boca forte

partiria do Tribunal guardião das liberdades de pensamento e de expressão. Dias Toffoli marcou sua presidência criando um inquérito sem Ministério Público, com base num artigo do Regimento Interno, derogado pela Constituição.

Ativismo

Depois veio Luiz Fux, cheio de boas intenções. No discurso de posse, reconhecia as críticas de “judicialização da política” e “ativismo judicial”. Diagnosticou que o Supremo estava exposto “a um protagonismo deletério” — e conclamou seus pares “a darmos um basta na judicialização vulgar e epidêmica de temas e conflitos em que

a decisão política deva reinar”. Fux ficou dois anos na presidência vendo o protagonismo deletério só aumentar.

Agora entra Rosa Weber, reafirmando na posse que o Judiciário não age ex officio. Sendo assim, como irá conviver com um inquérito interno que desconhece o devido processo legal?

E assume em tempos de quebra do sistema acusatório: a acusação, a Procuradoria Geral da República, não vê crime mas o ministro Alexandre de Moraes não arquiva o inquérito. O juiz continua polícia e promotor — algo impossível em Direito.

Rosa Weber é primeiro lugar no vestibular e em todo curso de Direito da Federal de Porto Alegre. Como vice de Fux, vinha

revezando com ele o encargo de administrar o Supremo. Encargo que não representa autoridade sobre os demais ministros. São 11 cabeças, 11 supremos. Pode conclamar aos pares, como fez Fux, mas não pode obrigar.

Lembro do tempo em que ministros do Supremo mandavam para o arquivo as questões jurídicas políticas que os partidos sem força no Legislativo enviavam ao Tribunal. Terá ela consciência dos desvios? No discurso de posse, o que fez foi defender a autonomia do Supremo, embora tenha mencionado “excessos de poder e comportamentos desviantes”, mas sem se referir ao seu Tribunal.

O mais conveniente resgate para o Supremo seria o auto-res-

gate. Seria preciso dominar vaidades e egos. E aplacar a tentação de fazer leis, quando os legisladores decidem não fazer. Rosa Weber disse que o Judiciário dá a última palavra, até para conter as maiorias parlamentares.

É bom lembrar que o Supremo não pode inventar leis, se os legisladores, com mandato popular, não quiserem legislar sobre o tema. E muito menos agir como superiores à própria Constituição.

Rosa Weber só terá um ano porque será aposentada em 2 de outubro do ano que vem. Um ano para aplicar as boas intenções dela em relação à democracia, às liberdades, ao direito e ao Judiciário. Ficará rósea a imagem do Supremo?